

SUMÁRIO

PREFÁCIO — RICARDO VERTA LUDUVICE	11
INTRODUÇÃO	13
1. INTERESSES METAINDIVIDUAIS	17
1.1. Conceitos e distinções	17
1.1.1. Interesses difusos	22
1.1.2. Interesses coletivos	24
1.1.3. Interesses individuais homogêneos	26
1.1.4. Interesses individuais propriamente ditos	27
1.1.5. Conflitos entre interesses?	28
1.2. Os direitos sociais e os direitos metaindividuais	29
1.3. Os interesses transindividuais e a sociedade brasileira	34
1.3.1. Antes da Constituição de 1988	34
1.3.2. Após a Constituição de 1988	35
2. INTERESSES DIFUSOS	37
2.1. Do meio ambiente	38
2.2. Do patrimônio público	39
2.3. Do direito urbanístico	40
2.4. As pessoas idosas	41
2.5. Defesa de grupos étnicos e das minorias	43
2.6. Defesa das mulheres	44
2.7. As pessoas portadoras de necessidades especiais	44
2.8. Dos direitos dos acionistas e investidores nos mercados de ações e de valores mobiliários	46
2.9. Da defesa da criança e do adolescente	47
2.10. Defesa da ordem econômica e da economia popular	48
2.11. Dos direitos do consumidor	49

3. DIREITO DO TRABALHO DIFUSO	51
3.1. Conceitos	52
3.2. Delimitações e alcances	55
3.3. Os sujeitos envolvidos nas relações difusas de trabalho	60
3.4. Os princípios norteadores do direito do trabalho	64
3.5. Situações difusas de trabalho	69
3.5.1. O trabalho degradante	70
3.5.2. (Lesões ao) meio ambiente do trabalho	71
3.5.2.1. O meio ambiente insalubre	75
3.5.2.2. O meio ambiente perigoso	77
3.5.2.3. O meio ambiente penoso	77
3.5.2.4. Assédios	79
3.5.2.4.a. O assédio moral	80
3.5.2.4.b. O assédio sexual	83
3.5.3. Trabalho da criança e do adolescente (infantil)	85
3.5.4. Procedimentos discriminatórios	88
3.5.4.1. Instrumento normativo antidiscriminatório	90
3.5.4.2. Trabalho da mulher	94
3.5.4.3. O trabalhador aidético	97
3.5.4.4. O trabalhador usuário de entorpecente ou outras substâncias químicas que lhe causam dependência	102
3.5.4.5. O trabalhador obeso	104
3.5.4.6. A trabalhadora gestante	106
3.5.4.7. O trabalhador analfabeto	108
3.5.4.8. O trabalhador portador de necessidades especiais	111
3.5.4.9. O trabalhador com problemas de saúde	113
3.5.4.10. O trabalhador homossexual	117
3.5.4.11. O trabalho escravo	119
3.5.4.12. Trabalhadores transnacionais	123
3.5.4.13. Trabalho do idoso	125
3.5.4.14. O desempregado	127
3.5.4.15. O trabalho do aposentado	130
3.5.4.16. O trabalhador negro	132
3.5.4.17. Os trabalhadores em estabelecimentos nucleares e químicos	133
3.5.4.18. O direito ao lazer	135
3.5.5. A discriminação na fase pré-contratual	136
3.6. Outras relações difusas de trabalho e os direitos humanos	138

4. O DIREITO DO TRABALHO DIFUSO E AS CONSEQUÊNCIAS AO PACTO LABORAL	145
4.1. Consequências da classificação difusa no sub-ramo do direito	145
4.1.1. Os contratos individuais e coletivos de trabalho e de emprego	145
4.1.2. As verbas trabalhistas	153
4.2. As relações coletivas de trabalho e o direito difuso	153
4.2.1. A atuação dos sujeitos coletivos nas relações difusas	153
4.2.2. Instrumentos da negociação coletiva e o direito difuso do obreiro	154
4.2.3. A dispensa coletiva	157
4.2.4. Estabilidade e garantia no emprego	159
4.3. A prescrição do direito difuso trabalhista	163
4.4. A reparação dos danos difusos	166
5. OS DIREITOS DIFUSOS TRABALHISTAS E AS RELAÇÕES PROCESSUAIS	171
5.1. As ações coletivas	171
5.2. Princípios processuais aplicáveis à tutela coletiva difusa	172
5.3. A legitimação para a tutela coletiva e a pretensão difusa	173
5.4. A competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45	179
5.5. O procedimento difuso (nas ações coletivas)	180
5.5.1. O rito aplicável	181
5.5.2. A petição inicial	182
5.5.3. A citação e seus efeitos	182
5.5.4. A defesa	183
5.5.5. As provas	183
5.6. Os recursos trabalhistas em matéria difusa	185
5.7. A coisa julgada	186
5.8. A execução das ações coletivas	188
5.9. A satisfação da pretensão difusa	189
6. DIREITO DO TRABALHO: REALIDADE DO PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	191
6.1. O trabalho difuso como elemento social	191
6.2. O trabalho como objeto	195
6.3. Direito material do trabalho	197
6.3.1. A flexibilização	199
6.3.2. A empresa globalizada	203
6.3.3. As questões sindicais	205

6.4. Direito processual do trabalho	208
6.4.1. A competência da Justiça do Trabalho	208
6.4.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	210
6.4.3. A jurisprudência trabalhista	210
6.4.4. Os implementos das tecnologias no Judiciário	211
CONCLUSÃO	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217